

362

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável¹

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEIS 20 da UC

1. Introdução

Desencadeado em alguns países no âmbito das ciências sociais, o arranque do processo de afirmação da arqueologia industrial - anos quarenta e cinquenta do século XX - foi liderado, noutros, a partir das engenharias, da arquitectura, de associações de defesa do património cultural, etc. Beneficia, assim, a relativamente nova disciplina, da conjugação de *know how* multifacetado: científico, tecnológico e empírico, teórico e prático, erudito e popular; de instituições públicas, organizações da “sociedade civil” e particulares.

Segundo o *habitus* característico da actividade científica e tecnológica em geral, também na arqueologia industrial existem diversas “escolas” ou modos de conceber os seus próprios limites cronológicos e temáticos, grelhas teóricas e metodologias. Defendemos, no presente artigo, a leitura que encara esta área

¹ Versão revista e actualizada do texto da comunicação com o título “Fontes de informação e documentos de arquivo em arqueologia industrial mineira”, apresentada no Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro (Aljustrel, Beja, Mértola e Lousal, 4 a 7 de Outubro de 2001, organização do Museu do IGM, SEDPGYM e IPB).

do conhecimento como espaço interdisciplinar de colaboração entre diversos tipos de saberes tendo por objectivos o estudo da “cultura material das sociedades industriais e urbanas”, a preservação da sua memória e a intervenção crítica no estruturar do futuro².

Para quem assume uma tal perspectiva, valorizando, embora, o utilizar de documentação material, gráfica, audio-visual e oral, não faz sentido abdicar, quer do universo dos testemunhos escritos - publicados ou de arquivo -, quer do contributo da história e da geografia humana, da antropologia e da sociologia. Visamos, desta forma, alertar para a importância da documentação escrita não-impressa. Descrever, de modo breve, a situação da mesma em Portugal. Aventar alguns condicionalismos explicativos do estado de pré-calamidade atingido. Elencar possíveis modalidades de alteração da realidade actual.

Enquanto comunidade nacional, desde o início da contemporaneidade os portugueses oscilariam entre uma sobrevalorização retórica (mistificadora) “do passado” e uma significativa dificuldade em fundar - em generalizar - hábitos de convivência desalienante com a nossa experiência histórica nos planos da objectivação científica, fruição estética, elaboração ideológica e vivência cívico-ética. Ao contrário do que seria de esperar e do que ocorre com as fontes publicadas³, a documentação de arquivo produzida ao longo dos séculos XIX e XX (sobretudo no que concerne à “história recente”, ou seja, a partir da década de trinta) apresenta das mais elevadas “taxas de delapidação”.

Citando António Manuel Hespanha, no “domínio dos arquivos não se progrediu assim tanto. As novas incorporações foram pouco relevantes. Nomeadamente, a documentação da administração central - se excluirmos a de alguns ministérios com arquivos próprios (como os Negócios Estrangeiros) - continua a andar em bolandas [...]. Não há incorporações, não há nenhum plano para as fazer e, pior do que isso, nem sequer há um mapeamento dos depósitos de papéis existentes. Da administração periférica do Estado (universidades, liceus, hospitais, repartições de finanças, serviços de polícia, serviços de fomento industrial e agrícola, etc.) já nem falo.”⁴

² Cfr., entre outros, J. Cleto, 1991; J. Custódio, 1993; *I Jornadas Ibéricas* [...], 1994; J.P.A. Nunes, 1996.

³ Acerca da “caracterização técnica” da realidade mineira em Portugal Continental, cfr., nomeadamente, *Boletim de Minas* [1911-...]; J.A.C.N. Cabral, 1886; J.A.C.N. Cabral, 1989; F.S. Carneiro, 1959; F.S. Carneiro, 1971; *Mineralpotential* [...], 1998; A.M. Nogueira, 1939; *Relatório dos Serviços de Minas* [...], 1912.

⁴ Cfr. A.M. Hespanha, 2001, p. 8.

Na origem deste aparente paradoxo encontrar-se-iam circunstâncias diversas. O aumento exponencial do volume de registos e a inexistência de critérios de selecção, de preocupações de salvaguarda. A precaridade de alguns dos materiais de suporte da informação utilizados - veja-se o exemplo das tecnologias informáticas. Os limitados investimentos nos campos do tratamento arquivístico, da criação de condições para um acesso alargado e para a rentabilização social (directa e indirecta) do património em questão.

São, também, de lembrar a lógica de secretismo adoptada por muitas instituições - antes de mais durante o Estado Novo -, organizações e particulares. A debilidade da pressão exercida pelo conjunto da opinião pública e pela comunidade científica, associações profissionais e associações de defesa do património no sentido de inverter a tendência detectada. O facto de as “políticas culturais” não ultrapassarem o crónico estatuto de marginalidade, revelando escassa capacidade de “influir transversalmente” em áreas como o ambiente, a economia, o planeamento urbanístico e do território, a educação e a formação profissional, etc.⁵

2. Documentação escrita não-impressa

De acordo com as concepções ainda dominantes, o interesse das fontes de informação disponíveis dependeria do seu grau de “neutralidade” (ou “veracidade”). Nos termos daquelas versões, existiria uma relação de causa-efeito entre o nível de ‘contaminação’ de cada registo pela “intencionalidade manipuladora” inerente aos seres humanos e a qualidade do mesmo. A hierarquia daí resultante iria da “objectividade constitutiva” da documentação material à “parcialidade absoluta” dos testemunhos orais, passando pelos escalões intermédios dos registos gráficos, audio-visuais e escritos.

Inversamente, a corrente epistemológica alternativa postula que toda a documentação é “empenhada” e “subjectiva” por definição, sob pena de não apresentar relevância para o investigador. A possibilidade de extrair informação de qualquer testemunho começaria por depender das mensagens - ou referentes - nele inseridas ao longo do tempo (de modo consciente ou não-deliberado, tendo em conta o presente e/ou o futuro, em si próprio ou na conjugação com vectores complementares).

⁵ Cff., entre outros, I. Braga, 1995; C.A. Damas, 1999/2000; M.J. Fidalgo, 2002; A.M. Hespanha, 2001; A.M. Hespanha, 2003; *História* [...], 1995; J. Mattoso, 1988; M.H. Pereira, 1988; M.F. Rodrigues, 1993; A. Seldon, 1988; *Vértice* [...], 1993.

Outras fases do processo interpretativo consistiriam na identificação e reconstituição (sempre provisória e redutora) dos contextos pertinentes e fornecedores de sentido. No utilizar dos instrumentos adequados ao decifrar dos códigos em presença. No esforço de cruzamento de documentação múltipla, vias de acesso privilegiadas a componentes diferentes do mesmo ou de vários universos sociais globais: escalões sócio-económicos, grupos (sexuais, etários, profissionais, étnico-religiosos) ou espaços geográficos, entidades colectivas ou indivíduos, modalidades de vivência cultural (erudita, de massas, popular), vertentes material ou simbólica da existência.

Em termos da arqueologia industrial mineira, as fontes de arquivo directa ou indirectamente ligadas à indústria extractiva facilitariam o conhecimento da importância relativa, características e modalidades de funcionamento do sector; do seu relacionamento com o “meio exterior”. No nosso país, uma das maiores dificuldades para os investigadores estará, precisamente, na distância que separa os planos do “dever ser” (observável na legislação, estatísticas oficiais e textos programáticos) da generalidade das situações concretas, identificáveis “no terreno”. Este tipo de documentação garantiria, também, acesso aos valores e motivações, às estratégias de actuação, às negociações ou conflitos protagonizados pelos agentes envolvidos.

Quanto ao primeiro âmbito de estudo, as insuficiências parecem ser de monta mas em grande parte ultrapassáveis. As maiores dificuldades, os silêncios mais extensos, encontram-se, pois, no segundo campo de observação, o menos conhecível através de outros tipos de testemunhos porque reservado e imaterial por natureza. As únicas excepções situar-se-iam na documentação não-impressa e oral, sendo esta última mais precívél e difícil de compilar com a sistematidade e o rigor necessários.

Se analisarmos, por exemplo, os trabalhos de Helena Alves, Carlos Arenas Posadas e Donald Reid acerca das companhias mineiras responsáveis pela exploração de S. Domingos (Portugal), Rio Tinto (Espanha) e Decazeville (França), chega-se a uma conclusão essencial. A existência de arquivos de empresa complexos e minimamente preservados - classificação somente aplicável às segunda e terceira monografias - é indispensável a uma análise aprofundada e fundamentada dos objectivos e comportamentos dos vários “actores sociais”⁶.

Confirmando-se a sobrevivência de espólios arquivísticos relevantes, a facilidade ou, sequer, a possibilidade de consulta dos mesmos depende, quase sempre, da conciliação entre valores opostos. Avaliam-se, por um lado, os custos

⁶ Cfr. H. Alves, 1997; C. Arenas Posadas, 1999; D. Reid, 1985.

e os benefícios para as entidades, indivíduos e comunidade(s). Joga-se, por outro lado, o sempre ambíguo equilíbrio do direito ao conhecimento e à informação *versus* o respeito pelo segredo institucional e organizacional, pela privacidade familiar ou individual.

Não pretendemos, aqui, de modo simplista e inconsequente, ultrapassar dilemas complexos e permanentemente renovados. Chamamos, no entanto, a atenção para as vantagens do aplicar exigente de recursos nas funções de salvaguarda e fruição do património arquivístico em sociedades que incluam nas sua prioridades o atenuar de situações de produtividade e competitividade baixa ou intermédia, de desenraizamento e violência. Que visem a consolidação de um desenvolvimento sustentável, ancorado na conjugação entre economia e cultura, no respeito pela dignidade humana, na preservação dos equilíbrios ambientais. Que desejem assegurar o aprofundamento da democracia (representativa, participativa e directa), fundada num exercício crítico e empenhado da cidadania⁷.

Resulta a legitimidade das instituições públicas - órgãos de soberania, aparelho de Estado, empresas, etc. - da defesa do interesse colectivo. Cabe-lhes, assim, a obrigação de preservar, tratar e abrir à consulta os seus “arquivos definitivos” (ou “históricos”). Sobrepor-se-ia, aquela, a todas as outras considerações, ficando a questão do “segredo de Estado” ou do “segredo empresarial” salvaguardada pelo estabelecer de períodos - mais ou menos extensos - de interdição de acesso.

Face à autonomia e aos objectivos diferenciados das entidades privadas (organizações e particulares), caberia à administração pública, comunidade científica, associações de defesa do património e *mass media* argumentar sobre a importância dos espólios documentais em causa para a comunidade e para os próprios. Tentar-se-ia, ainda, garantir a seriedade dos projectos de investigação ou preservação apresentados. Apoiar e bonificar os esforços de salvaguarda. Penalizar atitudes de incúria grave ou destruição consciente. Em situações excepcionais, impor-se-ia a catalogação e o estudo de núcleos particularmente relevantes de documentação sonogada ou em risco.

Voltando a recorrer ao sugestivo balanço da realidade arquivística nacional ao longo do século XX aventado por António Manuel Hespanha, dir-se-ia que a “mão invisível de que falava Adam Smith ou muitas mãozinhas mais ou menos visíveis [...], trouxeram uma profunda recomposição do tecido

⁷ Cfr., nomeadamente, A.R. Amaro, 1993; P. Friedenson, 1989; X. Greffe, 1990; M. Hamon, 1987; J.M.A. Mendes, 1992; J.M.A. Mendes, 1999; J.M.A. Mendes, 2001/2002; J.P.A. Nunes, 1996.

empresarial - fusões, falências ou desactivações, privatizações ou desnacionalizações. Com isto, os arquivos perdem-se, confundem-se, mudam de lugar, são vendidos a peso.

Nas empresas reprivatizadas, o Estado nunca tem acautelado os espólios arquivísticos, obrigando à sua conservação e disponibilização. Nas empresas particulares, creio que a administração pública não vai tomando conta das modificações institucionais [...]. Nem vai fazendo muito para salvaguardar espólios. E teria que fazê-lo. Porque, também aqui, a sociedade civil não revela os tais particulares méritos que lhe atribuem relativamente ao Estado.”⁸

Da leitura do essencial da investigação em ciências sociais acerca da indústria mineira em Portugal Continental na idade contemporânea⁹, da comparação com estudos realizados sobre outros países¹⁰, constata-se que os nossos historiadores e geógrafos, sociólogos e antropólogos têm acedido a um conjunto amplo de arquivos. Com maior ou menor sucesso, pesquisaram os seguintes espólios, bem como os das estruturas antecessoras e posteriores.

Antes de mais, a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, as Circunscrições Mineiras, o Serviço de Fomento Mineiro, o Conselho Superior de Geologia e Minas. Depois, a Presidência do Conselho e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Ministério das Finanças, repartições de finanças, alfândegas. A Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. O Ministério do Interior, Governos Civis, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Cartórios notariais, conservatórias do registo comercial e do registo predial. Empresas e associações patronais; associações mutualistas, colectividades, sindicatos, organizações políticas “operárias” (anarquistas, socialistas, comunistas). A Igreja e a “acção católica”. Famílias e indivíduos. Governos e aparelhos de Estado estrangeiros.

Justificar-se-ia, entretanto, prestar atenção a núcleos documentais quase ignorados como são os da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, União Nacional e Legião Portuguesa. Ministério da Economia, Ministério das Obras

⁸ Cfr. A.M. Hespanha, 2001, p. 9.

⁹ Cfr., entre outros, H. Alves, 1997; H. Alves, 2000; J. Custódio, 1984; D. Freire, 2001; J.C. Garcia, 1996; F. Gaspar, 1992; R. Guimarães, 1989; P. Guimarães, 1995; R. Guimarães, 1999/2000; R. Guimarães, 2001; M.O.P. Lage, 2002; A. Louçã, 2000; J.M.A. Mendes, 1998; J.P.A. Nunes, 1999; J.P.A. Nunes, 2000a; J.P.A. Nunes, 2000b; J.P.A. Nunes, s.d.; M. Rego, 1996-2002; I.V. Rocha, 1997; F. Rosas, 1990; J.A.E.S. Silva, 1996; A.J. Telo, 1991; A.J. Telo, 2000; A. Vilar, 1998; F. Vitorino, 2000; F. Vitorino, 2002.

¹⁰ Cfr., nomeadamente, C. Arenas Posadas, 1999; J.M. Carvajal Quiros, 2000; S.H.F. Hickey, 1985; J. Nash, 1993; D. Reid, 1985.

Públicas e Comunicações, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho. Tribunais e polícias. Casas do Povo e Grêmios da Lavoura, estruturas de saúde e de “previdência social”, Inspeção de Higiene do Trabalho e das Indústrias. Escolas de ensino superior, estabelecimentos de ensino comercial e industrial. Outras associações profissionais e Câmaras de Comércio. Escritórios de advogados e laboratórios de análise de minérios. Publicações periódicas, incluindo a correspondência e as colecções de provas tipográficas censuradas.

No que concerne às dificuldades de consulta, identificaram-se obstáculos que vão desde a proibição à destruição, passando pela ausência de tratamento arquivístico e pelo “desaparecimento”. Verificam-se estes, com maior frequência, nas empresas e associações patronais, em gabinetes de detentores de cargos políticos e de quadros superiores da administração pública (Ministros, Subsecretários de Estado, Directores-Gerais). No Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em organismos oficiais ou corporativos de “vigência limitada” ou “competências estratégicas” (Comissão Reguladora do Comércio dos Metais, Inspeção do Comércio Bancário, etc.). Em forças políticas e sindicatos, na Igreja e na “acção católica”.

3. Legislação e práticas correntes

Perante o facto de, mesmo nos países centrais e semiperiféricos com regimes demoliberaes ou democráticos, a arqueologia industrial só ter surgido depois da Segunda Guerra Mundial, limitaremos este esboço de apreciação aos períodos do Estado Novo e do pós-25 de Abril de 1974. Numa leitura genérica, o comportamento da ditadura fascista portuguesa face ao património arquivístico caracterizar-se-ia por um esforço sistemático de instrumentalização ideológica e propagandística.

O subinvestimento crónico aliar-se-ia a um escasso desenvolvimento das infraestruturas. As consequências de quadros de pessoal exíguos eram agravadas pelos baixos níveis de formação e por metodologias de trabalho arcaicas. Quase se omitia a existência da época contemporânea, da regionalidade económico-social e da cultura material enquanto objectos de estudo fora das instituições de ensino superior de “ciências naturais” e engenharia, economia e direito.

Impunha-se uma versão nacionalista e monumentalista do património cultural, palco de sucessivas “comemorações histórico-patrióticas”. O regime monopolizou o essencial dos meios e das acções de preservação, discriminando ou perseguindo as poucas associações e iniciativas individuais que assumiam um não-alinhamento com a ortodoxia oficial. A partir de meados ou finais dos anos trinta e até ao início da década de sessenta, forçou-se ao desaparecimento

da sociologia, à regressão da historiografia, geografia humana, antropologia, museologia, arquivologia, urbanismo e arquitectura. Controlaram-se ou limitaram-se, tanto quanto possível, as situações de intercâmbio com o exterior.

Uma rápida e massiva deterioração dos documentos de arquivo indispensáveis à arqueologia industrial mineira resultou, assim, da presença convergente de múltiplos factores. Com assinalável coerência, normativo legal - veja-se o Decreto nº 20: 985, de 7 de Março de 1932 -, enquadramento institucional, orientações político-ideológicas, *praxis* administrativa e actuação de grande parte da “sociedade civil” coincidiram no aprofundar desse mesmo processo.

Instituições públicas, organizações privadas e particulares “situacionistas” - por vezes, também, do “revirinho” - não fixavam por escrito muitos dos debates internos e das decisões mais importantes. Suprimiam os núcleos tidos por comprometedores. Negligenciavam (voluntária ou coercivamente) a inventariação, tratamento e catalogação, a mera salvaguarda dos seus “espólios definitivos”. Partilhando da hegemónica mundividência conservadora e elitista, vítimas de uma confrangedora ausência de meios, os “arquivos formais” (exclusivamente públicos) quase nunca se afirmaram como destinos habituais ou instâncias de recurso para os núcleos documentais em causa.

Após a rotura de Abril de 1974, no seguimento de mudanças embrionárias ocorridas ao longo da década final do regime deposto, desagregaram-se os impedimentos formais ao desenvolvimento da história e da geografia humana, da antropologia e da sociologia. Aumentou o interesse pelo estudo dos séculos XIX e XX, bem como pelas temáticas económico-sociais. Verificou-se uma ampliação do conceito de património cultural e o integrar no mesmo do subuniverso do património industrial. Apostou-se mais em iniciativas de identificação, preservação, estudo e fruição de bens culturais e naturais.

Para além das tradicionais entidades públicas e privadas, de particulares - agindo em moldes e com objectivos parcialmente diferentes -, assistiu-se à emergência de um relativamente novo tipo de intervenientes, as associações de defesa do património. No subuniverso em apreço têm-se destacado a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (sediada em Lisboa) e a Associação Portuguesa para o Património Industrial (Porto). Apesar das múltiplas limitações ainda subsistentes, integrámo-nos - de modo irreversível? - no grupo de países onde se reconhece a existência e as potencialidades da arqueologia industrial.

Mau grado o atraso e as lacunas identificáveis, dando corpo ao enunciado na Constituição da República, legislação vária consagraria o empenhamento colectivo no superar do passivo herdado. Elencam-se, nomeadamente, a Lei nº 15/85, de 6 de Julho (“Património cultural português”); o Decreto-Lei nº 256/86, de 28 de Agosto (“Mecenato cultural”); o Decreto-Lei nº 16/93,

de 23 de Janeiro, regulamentando a “lei de bases” de 1985 quanto aos “arquivos e ao património arquivístico”; o Decreto n.º 74/99, de 16 de Março, alterando o regime do “mecenato” (cultural ou outro); a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a qual estabelece as novas “bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”¹¹.

O modo como, entre nós, se continua a encarar o património industrial mineiro em geral e a documentação de arquivo pertinente em especial, resulta, no entanto, de uma evolução fortemente dual. Verifica-se a presença de ritmos diversos e, mesmo, de lógicas opostas entre a generalidade da sociedade portuguesa e “segmentos minoritários”. Reproduzir-se-ia, assim, um padrão comum a outros âmbitos da nossa vivência colectiva. Referem-se, a este propósito, os exemplos do “fomento económico” e da efectiva consagração de direitos sociais mínimos, do combate à sinistralidade laboral e à poluição industrial, da elevação das taxas de escolarização e de formação profissional.

Apesar de menos influentes, os vectores modernizadores defendem concepções que acompanham as soluções mais abrangente e actualizadas existentes a nível internacional. Dinamizam iniciativas modelares mas algo isoladas e com escassa visibilidade ou influência. Por outro lado, na parcela dominante assiste-se a um forte absentismo cívico e cultural. Em acréscimo aos baixos níveis médios de vida e de acesso à cultura erudita - ultimamente agravados pela hegemonia quantitativa da cultura de massas -, ocorre a manutenção de lógicas de opacidade político-administrativa e organizacional, imediatismo e especulação económico-social, alienação e manipulação no plano ideológico-simbólico.

Devemos, a este propósito, evocar indicadores tão significativos como a permanência de um relativo subfinanciamento das infraestruturas arquivísticas e das ciências sociais, da dificuldade de as mesmas se auto-organizarem e maximizarem os recursos disponibilizados. O facto de só a partir de meados dos anos oitenta a história e a geografia humana, a antropologia e a sociologia, a arqueologia industrial e a museologia terem dedicado atenção ao universo mineiro. Os precários (ou inexistentes) hábitos de colaboração, no contexto em apreço, entre especialistas das “ciências/tecnologias da natureza” e das “ciências/tecnologias sociais”, engenheiros e arquitectos, juristas e economistas, etc..

Citam-se, igualmente, o elevado grau de destruição, os obstáculos à consulta e as situações de “desaparecimento” que continuam a afectar muitos núcleos de documentação escrita não-impressa. A escassez de projectos e, sobretudo,

¹¹ Cfr., entre outros, J.A.B. Ferreira, 1998; J. Miranda, 1996; V. Moreira, 1988; M.L.L. Santos, 1990; *Vértice* [...], 1993.

de iniciativas bem sucedidas de recuperação integrada de espaços mineiros por intermédio da salvaguarda, estudo, musealização ou reutilização do correspondente património industrial. O diminuir da militância cívica e consequente perda de capacidade de intervenção de muitas associações de defesa do património. A quase-ausência de modalidades de cooperação inter-instituições públicas, com as organizações privadas e os particulares¹².

Nas palavras de Maria José Fidalgo, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo encetou um processo de diagnóstico visando, até Janeiro de 2003, “inquirir a totalidade dos organismos da administração central, incluindo os da administração directa e os serviços de fundos autónomos até ao nível regional ou, na ausência destes, ao nível distrital, com depósitos de arquivo intermédio. Pretende-se ainda identificar e inquirir, com particular cuidado, os organismos que herdaram documentação proveniente de serviços extintos, cuja documentação se encontra dispersa por diferentes ministérios, sem qualquer controlo ou organização. Esta situação, aliada à falta de responsabilização, quer dos serviços produtores, quer dos serviços detentores e ainda a inexistência de incorporações obrigatórias a nível da administração central acarreta, por vezes, perdas irreparáveis de património documental.”¹³

4. Eventuais alternativas

Apresentámos e procurámos demonstrar a legitimidade de um balanço em grande parte sombrio da situação do património arquivístico relacionável com a arqueologia industrial mineira em Portugal Continental. Ensaia-se, agora, a explicitação de propostas destinadas a acelerar o ritmo de superação dos condicionalismos negativos rastreados; a potenciar os aspectos favoráveis. Com frequência, mais do que o aumento do número de intervenientes e do volume de recursos a aplicar, trata-se de coordenar e racionalizar a utilização das capacidades e meios já existentes.

Enquanto etapa prévia, a comunidade científica, associações de defesa do património, associações profissionais, etc. deveriam argumentar mais empenhadamente acerca da importância estratégica e da utilidade social de uma política sistemática de inventariação e selecção, salvaguarda e tratamento arquivístico, estudo e fruição da documentação escrita não-impressa. Uma opinião pública interessada, *mass media* atentos, responsáveis políticos e organizacionais

¹² Cfr., nomeadamente, *Arqueologia & Indústria* [...], 1998 e 1999/2000; *Arqueologia e museologia* [...], 2000; J. Custódio, 1991; *Iº Encontro Internacional* [...], 2000; J.P.A. Nunes, 1994.

¹³ Cfr. M.J. Fidalgo, 2002, p. 62.

motivados - ou, pelo menos, observados e fiscalizados - constituem elementos essenciais de envolvimento e pressão.

Complementarmente a um adequado enquadramento normativo (lei de bases, regulamentação eficaz e atempada), urgiria voltar a criar o Instituto Português de Arquivos. Definir regras claras de identificação dos documentos a preservar e a eliminar. Configurar os protocolos-tipo a apresentar às entidades com as quais se pretendam estabelecer parcerias. Ampliar, equipar e dinamizar uma efectiva rede de centros de documentação constituída pelos Arquivos Nacionais/ /Torre do Tombo, arquivos distritais e municipais, de instituições públicas, organizações privadas e particulares. Nos dois últimos casos, excepção feita a razões ponderosas, a adesão à Rede Nacional de Arquivos ocorreria a título facultativo.

Sempre que atingissem ou ultrapassassem uma determinada escala, as estruturas do aparelho de Estado seriam obrigadas - as pessoas colectivas de direito privado convidadas - a integrar nos seus quadros técnicos superiores com formação em história e em arquivologia. Implementariam estratégias de gestão não-delapidatória dos seus “espólios correntes” e “espólios intermédios”. Instalariam “arquivos formais” ou transfeririam os seus “espólios definitivos” para um dos componentes da rede pública de centros de documentação.

Antes de escolherem entre a guarda e a cedência dos seus espólios, as entidades de menor dimensão e os particulares recorreriam, por sua vez, obrigatória ou facultativamente, ao apoio técnico assegurado pelo Instituto Português de Arquivos, por arquivos públicos ou por empresas privadas especializadas e credenciadas. Nos casos em que indícios ou alertas credíveis apontassem para a existência de perigo real de destruição de espólios significativos, caberia à Rede Nacional de Arquivos intervir de forma a evitar mais atentados ao nosso património cultural.

Segundo Maria José Fidalgo, “o órgão coordenador da política arquivística nacional não pode fechar os olhos, sob pena de perder uma parte importante da memória nacional deste último século. Os resultados do diagnóstico irão permitir aos serviços da administração central: conhecer melhor a sua própria realidade quanto aos arquivos existentes e às condições em que se encontra o seu património documental, com vista à definição de estratégias de intervenção que possibilitem fazer face a essa realidade; tomar os serviços produtores mais responsáveis perante o património documental, zelando pelo seu adequado tratamento arquivístico; dotar os arquivos com recursos financeiros e técnicos especializados que façam dos arquivos verdadeiras fontes de informação e não meros amontoados de papel, conferindo-lhes a dignidade que eles merecem como testemunhos da memória da instituição.”¹⁴

¹⁴ Cfr. M.J. Fidalgo, 2002, p. 63.

Todas as iniciativas de musealização de património industrial mineiro implicariam o realizar de investigação em ciências sociais (história, geografia humana, antropologia, sociologia), bem como o valorizar da documentação escrita não-impressa sobrevivente. Para além do núcleo central de questões relativas aos equilíbrios ambientais, as diversas fases do “Programa de controlo ambiental das minas abandonadas” deveriam ser antecedidas por inventários do património sócio-tecnológico em presença. Critérios e pressupostos idênticos seriam aplicados aos projectos de “revitalização turística” de sítios mineiros¹⁵.

Dadas as suas particulares responsabilidades, o Instituto Geológico e Mineiro (IGM) encetaria de imediato as negociações e a planificação técnica que possibilitassem, no curto prazo, localizar, concentrar, caracterizar, tratar arquivisticamente, garantir boas condições de acesso e rentabilizar os decisivos espólios tutelados: gabinete do Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos (?), Conselho Superior de Geologia e Minas (?), Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Circunscrições Mineiras, Serviço de Fomento Mineiro, etc.

Estando-se perante empresas mineiras de capitais também públicos, entendemos como indispensável e viável a salvaguarda dos arquivos das Pirites Alentejanas, SA, Empresa Nacional de Urânio, SA e Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA. Apesar da natureza privada das mesmas e à semelhança do que ocorreu, por um lado com a empresa concessionária da Mina do Lousal, por outro com a Companhia Mineira do Norte de Portugal, SARL e Empresa Mineira de Sabrosa, Lda., efectuar-se-iam as diligências necessárias à preservação dos núcleos documentais sobreviventes de outros agentes económicos concessionários (Couto Mineiro da Panasqueira, Couto Mineiro da Borralha, Couto Mineiro da Gaia, Couto Mineiro de Jales, Mina de S. Domingos, Mina de S. Pedro da Cova, Mina do Pejão, etc.).

Mesmo ignorando outros indícios, dificilmente podemos deixar de constatar que as presentes opções governamentais inviabilizam as modalidades de intervenção antes aventadas. Decidiu-se extinguir o IGM e dispersar algumas das suas valências pela Direcção-Geral de Geologia e Energia e pelo Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação. Foi suspensa a aplicação do “Programa de controlo ambiental das minas abandonadas”. Na melhor das

¹⁵ Cfr., entre outros, A.I. Abrunhosa, 2001; I. Cardoso, 2001; E. Carvalho, 2000; L.R. Costa, 2000; A. Fernandes, 2002; A.C. Franco, 1993; R. Garcia, 1998; S. Ivêncio, 2003; M.R.M. Leite, 1999; “Minas na gaveta dos esquecimento [...], 2001; RC. Moreira, 2002; C. Pereira, 2000; L. Pinto, 1999; “Projecto turístico de 91 milhões de euros [...], 2003.

hipóteses, o sector da documentação de arquivo não tem recebido atenção acrescida por parte, quer do Estado, quer da “sociedade civil”¹⁶.

Criado e dinamizado pela Universidade Popular do Porto com o apoio de “Porto 2001, Capital Europeia da Cultura” e a cooperação do Arquivo Distrital do Porto, o Centro de documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto (www.upp.pt) surge como mais um exemplo avulso de um somatório de iniciativas que poderia e deveriam estar a ser levadas a cabo. Trata-se de inventariar, preservar e garantir o acesso (também através da Internet) a documentação escrita não-impressa, gráfica e oral associada a sindicatos e “colectividades populares” do Porto.

5. Conclusão

Pelo menos ao nível do “politicamente correcto”, afirma-se no nosso país que as tarefas ligadas à salvaguarda da memória e ao generalizar de leituras desalienantes da evolução histórica são vectores decisivos para o estruturar de vivências individuais e colectivas positivas, para o sucesso de estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável, para o consolidar da democracia. Uma tal concepção toma, ainda, mais incoerente o subvalorizar ou o esquecer do património industrial em geral, do património industrial mineiro em particular e, neste, da documentação escrita não-impressa.

Entre nós, sobretudo devido à lógica vigente ao longo do Estado Novo, as ciências sociais interessaram-se tardiamente pelo estudo do sector extractivo e das comunidades mineiras. Apesar dessa evidência (ou em resultado da mesma), consideramos que não se poderá intervir com eficácia no universo em causa - tendo por objectivos a diversificação ou o revitalizar do tecido sócio-económico, a recuperação ambiental e a salvaguarda de testemunhos de uma cultura material específica - ignorando ou menosprezando a participação da história e da geografia humana, da antropologia e da sociologia.

Tendo em conta o volume e o ritmo de delapidação da documentação escrita não-impressa contemporânea, seria fundamental refundar o Instituto Português de Arquivos e criar uma Rede Nacional de Arquivos. As citadas infraestruturas viabilizariam a preservação dos espólios relevantes de instituições públicas, assim como o implantar de hábitos de salvaguarda de núcleos documentais de

¹⁶ Cfr., nomeadamente, Teresa Firmino, “TNETI e Instituto Geológico e Mineiro vão ser extintos” (*Público*, 13 de Maio de 2003, p. 32) e “Instituto Geológico e Mineiro luta contra a extinção” (*Público*, 4 de Junho de 2003, p. 29).

organizações privadas e de particulares. Projectos de renovação de zonas mineiras degradadas ou desactivadas deveriam integrar um componente de tratamento e estudo da documentação de arquivo.

Coimbra, Setembro de 2003

Documentação e bibliografia

- ABRUNHOSA, Ana Isabel, “Turismo radical na Panasqueira”, *Expresso*, 31 de Março de 2001, p. 16/17.
- ALVES, Helena, *Mina de São Domingos. Génese, formação social e identidade mineira*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1997.
- ALVES, Helena, “Um século de mineração no Alentejo”, *História*, III Série, Ano XXII, nº 31, Dezembro de 2000, p. 50-56.
- AMARO, António Rafael, “A cultura organizacional e o(s) poder(es) da história na estruturação da identidade de empresa”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 2, 1993, p. 97-115.
- ARENAS POSADAS, Carlos, *Empresa, mercados, mina y mineros. Rio Tinto (1873-1936)*, Huelva, UH, 1999.
- Arqueologia & Indústria*, nº 1, Julho de 1998, p. 115-158 e nº 2/3, 1999/2000, p. 163-215 (“Museus industriais. Projectos e experiências”).
- Arqueologia e Museologia Mineiras. Actas*, Lisboa, Museu do IGM, 2000.
- Boletim de Minas* [1911-...].
- BRAGA, Isabel, “O caos dos arquivos públicos”, *Público*, 4 de Fevereiro de 1995, p. 30.
- CABRAL, José Augusto César das Neves, *Estatística mineira (ano de 1882)*, Lisboa, IN, 1886.
- CABRAL, José Augusto César das Neves, *Catálogo descritivo da Secção de Minas. Exposição Nacional das Indústrias Fabris (1888)*, Lisboa, IN, 1889.
- CARDOSO, Inés, “Memória de mineiros preservada em museu”, *Jornal de Notícias*, 4 de Fevereiro de 2001, p. 30.
- CARNEIRO, Fernando Soares, “A riqueza da indústria extractiva metropolitana”, *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, vol. XIII, fase. 3-4, 1959, p. 65-215.
- CARNEIRO, Fernando Soares, *Potencialidades minerais da Metrópole*, Lisboa, ME, 1971.
- CARVAJAL QUIROS, Juan Manuel e CARVAJAL GÓMEZ, Domingo Javier, *Crónicas y curiosidades de cuatro generaciones mineras*, Huelva, Colegio de Ingenieros Técnicos de Minas de Huelva, 2000.

- CARVALHO, Elisabete, “Parque temático nas Minas da Borralha”, *Diário de Notícias*, 13 de Junho de 2000, p. 14.
- CLETO, Joël, “A arqueologia industrial no contexto de uma arqueologia social. Breves notas de reflexão”, *Vértice*, II Série, n° 40, Julho de 1991, p. 107-112.
- COSTA, Luís Rodrigues da e LEITE, Mário R. Machado, “A recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas nas políticas de integração da indústria e ambiente do Ministério da Economia”, *Boletim de Minas*, vol. 37, n° 3, Julho-Setembro de 2000, p. 167-171.
- CUSTÓDIO, Jorge e BARROS, G. Monteiro de, *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, Moncorvo, Ferrominas, 1984.
- CUSTÓDIO, Jorge, *Museologia e arqueologia industrial Estudos e projectos*, Lisboa, APAI, 1991.
- CUSTÓDIO, Jorge, “As minas abandonadas do ponto de vista da arqueologia mineira e industrial”, *Boletim de Minas*, vol. 30, n° 2, 1993, p. 73-83.
- DAMAS, Carlos Alberto, “Património e arquivos empresariais”, *Arqueologia & Indústria*, n° 2/3, 1999/2000, p. 219-226.
- 1.º Encontro Internacional sobre Património Industrial e sua Museologia. Comunicações*, Lisboa, EPAL, 2000.
- FERNANDES, Ana, “Mais de 22 mil locais no país são potenciais ameaças à saúde pública”, *Público*, 11 de Agosto de 2002, p. 2-4.
- FERREIRA, Jorge A. B., *Direito do património histórico-cultural. Cartas, convenções e recomendações internacionais. Actos comunitários*, Coimbra, CEFA, 1998.
- FIDALGO, Maria José, “Para salvar os arquivos do século XX”, *História*, III Série, Ano XXIV, n° 47, Julho/Agosto de 2002, p. 62/63.
- FRANCO, Alberto Cardoso, “Minas de S. Domingos condenadas à ruína”, *Público*, 13 de Junho de 1993, p. 66/67.
- FREIRE, Dulce, “A febre do volfrâmio”, *História*, III Série, Ano XXIII, n° 37, Julho/Agosto de 2001, p. 38-43.
- FRIEDENSON, Patrick, “Les organisations, un nouvel ob]QCÜ\ *Annales. E.S.C.*, 46º Ano, n° 6, Novembro/Dezembro de 1989, p. 1461-1477.
- GARCIA, João Carlos, *A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917)*, 2 volumes, Porto (policopiado).
- GARCIA, Ricardo, “As minas que envenenam o Alentejo”, *Público* (“Pública”), 21 de Junho de 1998, p. 18-26.
- GASPAR, Filomena, “As minas de ouro do Poço Redondo”, *Boletim Cultural [CMTomar]*, n° 17, Março de 1992, p. 139-195.
- GREFFE, Xavier, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*, Paris, Económica, 1990.

- GUIMARÃES, Paulo, *Indústria, mineiros e sindicatos. Universos operários do baixo Alentejo (dos finais do século XIX à primeira metade do século XX)*, Lisboa, ICS, 1989.
- GUIMARÃES, Paulo, “A intervenção do Estado Novo na indústria mineira: a criação do Serviço de Fomento Mineiro”, *Boletim de Minas*, vol. 32, n° 3, 1995, p. 203-215.
- GUIMARÃES, Paulo, “As minas portuguesas do Antigo Regime ao liberalismo”, *Arqueologia & Indústria*, n° 2/3, 1999/2000, p. 53-80.
- GUIMARÃES, Paulo, *Indústria e conflito no meio rural Os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- HAMON, Maurice e TORRES, Félix, *Mémoire d'avenir. L'histoire dans l'entreprise. Actes*, Paris, Económica, 1987.
- HESPANEIA, Antonio Manuel, “Para o balanço de um século”, *História*, III Série, Ano XXIII, n° 33, Fevereiro de 2001, p. 8/9.
- HESPANHA, Antonio Manuel, “Uma sugestão para um programa político nacionalista”, *História*, III Série, Ano XXV, n° 58, Julho/Agosto de 2003, p. 22/23.
- HICKEY, S.H.F., *Workers in imperial Germany. The miners of the Ruhr*, Oxford, Clarendon Press, 1985.
- História*, 2ª Série, Ano XVII, n° 7, Abril de 1995, p. 4-49 (“Política de arquivos: crime sem castigo”).
- IVÊNCIO, Sandra, “A aldeia-fantasma de Cabeço do Pião à espera de melhores dias”, *Público*, 30 de Junho de 2003, p. 53.
- I Jornadas Ibéricas del Patrimonio Industrial y de la Obra Pública*, Sevilha, Junta de Andalucía, 1994.
- LAGE, Maria Otilia Pereira, *Wolfram = volfrâmio: terra revolvida, memória revolta (anos 1930-1960)*, Braga, UM, 2002.
- LEITE, Mário R. Machado e outros, “Programa de investigação e controlos ambientais em áreas do país com minas abandonadas”, *Estudos Notas e Trabalhos do Instituto Geológico e Mineiro*, t. 41, 1999, p. 3-25.
- LOUÇÃ, António, *Hitler e Salazar: comércio em tempos de guerra (1940-1944)*, Lisboa, Terramar, 2000.
- MATTOSO, José, *A escrita da história. Teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 67-114.
- MENDES, José M. Amado, “Cultura de empresa: uma nova dinâmica organizacional”, *Gestão e Desenvolvimento*, n° 1, 1992, p. 49-57.
- MENDES, José M. Amado, “Cabo Mondego (Figueira da Foz): exploração mineira e indústria”, *Arqueologia Industrial*, III Série, vol. II, n° 1/2, 1998, p. 5-21.

- MENDES, José M. Amado, “A “velha” e a “nova” história empresarial em Portugal (1924-1994). Tendências e resultados”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 8, 1999, p. 97-113.
- MENDES, José M. Amado, “Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001/2002, p. 379-388.
- “Minas na gaveta do esquecimento. Projecto de reaproveitamento turístico de Aljustrel não ata nem desata”, *Portugal Empresarial*, 12 de Julho de 2001, p. 2/3.
- Mineralpotential of Portugal*, Lisboa, IGM, 1998.
- MIRANDA, Jorge e outros (coord.), *Direito do património cultural*, Oeiras, INA, 1996.
- MOREIRA, Patrícia Coelho, “Projecto turístico recupera minas do Braçal”, *Público*, 31 de Agosto de 2002, p. 48.
- MOREIRA, Vital, “O património e a lei”, *Alta de Coimbra. História, arte, tradição. Actas*, Coimbra, GAAC, 1988, p. 265-274.
- NASH, June, *We eat the mines and the mines eat us. Dependancy and exploitation in Bolivian tin mines*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1993.
- NOGUEIRA, Augusto de Melo, “Elementos para o estudo da indústria mineira em Portugal nos anos de 1930 a 1939”, *Boletim de Minas*, 1939, p. 3-90.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Inventores, registos de patentes e de marcas e arqueologia industrial. Um exemplo concreto”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXIX, 1994, p. 181-212.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local”, *Vértice*, II Série, nº 73, Julho/Agosto de 1996, p. 103-110.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Portugal, Espanha, o volfrâmio e os beligerantes durante e após a Segunda Guerra Mundial”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, 1999, vol. II, p. 789-823.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Volfrâmio”, MÓNICA, Maria Filomena e BARRETO, António (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000a, vol. 9, p. 601-604.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Volfrâmio português e ouro do Terceiro Reich durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1947)”, *Vértice*, II Série, nº 94, Março/Abril de 2000b, p. 42-59.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953). Um esboço de caracterização”, *Revista Portuguesa de História*, s.d. (no prelo).

- PEREIRA, Celeste, “Jales ameaça saúde pública”, *Público*, 12 de Novembro de 2000, p. 31.
- PEREIRA, Miriam Halpem e LEAL, Maria José da Silva (coord.), *Arquivo e historiografia*, Lisboa, IN/CM, 1988.
- PINTO, Luisa, “Os ‘benefícios’ das águas radium. Quarta Feira, as minas onde nasceu a bomba atómica”, *Público*, 24 de Outubro de 1999, p. 42-49.
- “Projecto turístico de 91 milhões de euros para minas abandonadas de Aveiro e Viseu”, *Público*, 27 de Agosto de 2003, p. 44.
- REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, 2 volumes, Castro Verde, CMCV, 1996-2002.
- REID, Donald, *The miners ofDecazeville. A genealogy of deindustrialization*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 1985.
- Relatório dos Serviços de Minas relativo ao ano de 1910*, Lisboa, IN, 1912.
- ROCHA, Idorindo Vasconcelos da, *O carvão numa economia nacional O caso das Minas do Pejão*, Porto, 1997 (policopiado).
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, “Arquivos das empresas: património ignorado”, *Estudos Aveirenses*, nº 1, 1993, p. 151-163.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.
- SANTOS, Maria de Lourdes C. Lima dos e CONDE, Idalina, “Mecenato cultural de empresa em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXV, nº 107, 1990 (3º), p. 375-439.
- SELDON, Anthony (coord.), *Contemporary history. Practice and method*, Oxford, Basil Blackwell, 1988.
- SILVA, José Augusto do Espírito Santo da, *Ordem e estratificação social em Cabeço do Pião. Cabeço do Pião, Minas da Panasqueira (1940-1945, 1960-1965)*, Lisboa, 1996 (policopiado).
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Vega, 1991.
- TELO, António José, *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Lisboa, MNE/Quetzal Editores, 2000.
- Vértice*, II Série, nº 54, Maio/Junho de 1993, p. 5-81 (“O património cultural em Portugal”).
- VILAR, António, *O volfrâmio de Arouca. No contexto da Segunda Guerra Mundial (1934-1945)*, Arouca, CMA, 1998.
- VITORINO, Francisco, “Agricultura e mineração, uma coexistência difícil. As Minas do Vale do Vouga e as comunidades do Vale do rio Águeda (1889-1924)”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, 2000, p. 255-299.
- VITORINO, Francisco, *Minas do Vale do Vouga (1885-1931). Desenvolvimento económico ou conflitualidade sócio-política?*, Coimbra, 2002 (policopiado).